



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CARTA CONTRATO Nº 16/2019**

**CARTA-CONTRATO N. 16/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0002245-58.2019.6.22.8000**

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA A. C. F. MOREIRA - ME, PARA FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho/RO, neste ato representado por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893/SSP-RO e CPF n. 475.106.849-00.

**CONTRATADA:** Empresa **A. C. F. MOREIRA - ME**, CNPJ **14.410.553/0001-27**, com sede na Rua Gonçalves Dias, n. 948 - Bairro Olaria, CEP: 76.801-234, Município de \_Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3229-8120, E-mail(s): [acfmoreiralda@gmail.com](mailto:acfmoreiralda@gmail.com), neste ato representada pela senhora **ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 999982-SSP/RO e CPF 946.850.102-72.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil), e da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, II, da Lei n. 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Dispensa de Licitação:**  
Despacho n. 5093/2019-PRES/DG/GABDG, de 11/10/2019.

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto desta Carta-Contrato o fornecimento estimado de **65 (sessenta e cinco) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo GLP, engarrafado em botijão de 13 kg, para uso doméstico**, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio.

**Subcláusula Primeira** - A quantidade acima informada é estimada, não obrigando o CONTRATANTE a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência desta Carta-Contrato.

**Subcláusula Segunda** - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo e seus anexos, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

**DO MÉTODO DE ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO**

**(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)**

**Subcláusula Terceira** - A CONTRATADA fará a entrega dos botijões de gás cheios no endereço da Sede do TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, ou em outro endereço a ser informado pelo CONTRATANTE, em caso de mudança de suas instalações, a partir do recebimento de requisição emitida pela Seção de Administração Predial - SEAP, na qual deve constar a data de expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e horário do recebimento do material por parte da CONTRATADA, assinatura do Chefe de Seção de Administração Predial e assinatura do representante da CONTRATADA.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** - A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da requisição emitida pela SEAP.

**Subcláusula Quinta** - No momento do recebimento dos botijões com cargas de gás, o CONTRATANTE deverá entregar à CONTRATADA a mesma quantidade de botijões (vasilhames) vazios.

**DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)**

**Subcláusula Sexta** - Os botijões com carga de gás deverão ser entregues dentro do prazo de validade, em bom estado de conservação, limpos, sem amassadura ou sinais de alças e rodapés tortos, ausência de ferrugem, corrosões e com o lacre inviolado.

**Subcláusula Sétima** - As botijas de gás terão seu recebimento efetivado no ato da entrega, em conformidade com a Requisição emitida pela SEAP.

**Subcláusula Oitava** - No caso de não aceitação do objeto, este TRE-RO emitirá uma nova Requisição do objeto deste Projeto Básico, verificando as condições específicas do Item 10.3 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Projeto Básico respectivo.

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, caput e seu § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 21/12/2019, não podendo ser prorrogada.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 5.135,00** (cinco mil cento e trinta e cinco reais), correspondente a 65 (sessenta e cinco) unidades da carga de GLP engarrafadas em botijão de 13 kg, no valor unitário de **R\$ 79,00** (setenta e nove reais), conforme Proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Primeira** – Nos valores supramencionados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral de Rondônia - exercícios 2019/2020, mediante Programa de Trabalho 02122057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.30.04, conforme Nota de Empenho nº 2019NE000769, de 14/10/2019, a qual será reforçada durante a execução do objeto, caso necessário, e consoante estimativa constante no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO:	AOSA CONSUM
VALOR 2019:	R\$ 316,00
VALOR 2020	R\$ 4.819,00

**DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O pagamento à CONTRATADA será efetuado mensalmente, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do recebimento da Nota Fiscal de fornecimento de material ao CONTRATANTE, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das respectivas requisições, aplicadas as retenções legais.

**Subcláusula Primeira** – Para pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade fiscal (INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal, Justiça do Trabalho e CNJ).

**Subcláusula Segunda** – Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**Subcláusula Quarta** – Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Quinta** – O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

**CLÁUSULA QUINTA** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / 365$                        $I = (6/100) / 365$                        $I = 0,00016438$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Única** - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 67 da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta contratação serão exercidas pelo titular da Seção de Administração Predial – SEAP, ou por seu substituto, aos quais competes, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

**Subcláusula Única** – A atuação ou a eventual omissão da Gestão e Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Emitir as requisições de carga de gás, na qual deve constar a data da expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e o horário de recebimento por parte da CONTRATADA;
2. Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar as requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;
3. Promover, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, estabelecendo prazo para regularização;

4. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidos neste instrumento;

5. Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho, observando as normas de segurança existentes;

6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;

8. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;

9. Constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato;

10. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;

11. Rejeitar o objeto entregue em desacordo com o previsto neste instrumento;

12. Controlar a execução financeira da Carta-Contrato dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

13. Não permitir a transferência nem a sublocação do objeto deste ajuste, sem a prévia autorização por escrito do CONTRATANTE;

14. Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

### **CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:**

1. Realizar o fornecimento do material objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos.

2. Fazer a entrega do objeto deste instrumento nas quantidades solicitadas e no endereço constante desse instrumento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da requisição.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
4. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto.
5. Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados na vigência contratual.
6. Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e a Justiça do Trabalho.
7. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ.
8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
9. Informar antecipadamente ao TRE-RO a ocorrência de qualquer problema que eventualmente venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;
10. Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis;
11. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado;
12. Emitir nota fiscal/fatura mensalmente e apresentá-la ao CONTRATANTE no mês subsequente à execução dos serviços, com a descrição dos serviços prestados, encaminhando como anexos as requisições e os documentos que comprovem sua regularidade fiscal;
13. Substituir, reparar/corrigir/refazer às suas expensas, no prazo determinado pelo gestor do contrato, contados de sua notificação, os serviços/objetos em desacordo com as especificações exigidas e/ou contendo falhas, imperfeições ou irregularidades.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual.
15. Não transferir ou subcontratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como não transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento, salvo com autorização expressa do CONTRATANTE;
16. Não contratar, na vigência desta Carta-Contrato, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências.
17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2º, *caput* e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:
  - a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).
18. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
  - a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e
  - b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.
19. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS PENALIDADES**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta Carta-Contrato, no Projeto Básico e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas:

**Subcláusula Primeira** – O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas neste instrumento, consoante o “caput” e §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeita a CONTRATADA à multa moratória, incidentes sobre o valor remanescente do contrato na data da ocorrência, na forma seguinte:

**I - atrasos na entrega do objeto:**

1. Primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 0,5%.
2. Segundo atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 1,0%.
3. Terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 2,0%.
4. Quarto atraso de até 06 (seis) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a CONTRATADA às penalidades pertinentes à inexecução.

**II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:**

1. Primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.
2. Segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.
3. Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a CONTRATADA às penalidades pertinentes à inexecução.

**Subcláusula Segunda** – Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste instrumento, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantir o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

**I** - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total da carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

**III** - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**Subcláusula Terceira** - O CONTRATANTE poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso da CONTRATADA e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao CONTRATANTE;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) A CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**Subcláusula Quarta** - O CONTRATANTE declarará a inexecução total do contrato, quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;
- b) A CONTRATADA tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) A CONTRATADA seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

**Subcláusula Quinta** - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Subcláusula Sexta** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Subcláusula Sétima** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste instrumento, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**Subcláusula Oitava** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**Subcláusula Nona** – Caso o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à CONTRATADA, deverá ser automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Décima** - No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO);

**Subcláusula Décima Primeira** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Segunda** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

**Subcláusula Décima Terceira** - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Décima Quarta** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Quinta** - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Décima Sexta** - O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Décima Sétima** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei nº 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

**I** – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

**II** – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

**III** – Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V, c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quarta** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil), e da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

**Subcláusula Única** - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo informadas.

Porto Velho/RO, 15 de outubro de 2019.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA, Usuário Externo**, em 15/10/2019, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/10/2019, às 16:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 16/10/2019, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 23/10/2019, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0466345** e o código CRC **C4004AF4**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP**

## **1 - INTRODUÇÃO**

1.1 - Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gás de cozinha.

## **2 - OBJETO**

2.1 - O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de **65 (sessenta e cinco) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico**, pelo período de 12 (doze) meses, a serem entregues no endereço da Sede do TRE/RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio.

A quantidade acima referida é estimada e como tal deverá ser contratada, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado.

## **3 - JUSTIFICATIVA**

**3.1 - DA NECESSIDADE** – A aquisição de gás de cozinha é necessária para o preparo de café, chás e outros alimentos no âmbito do TRE-RO, a serem consumidos por servidores, colaboradores, magistrados e membros da corte, advogados e visitantes. A definição da aquisição de cargas de gás para botijões de 13 kg decorre do fato de que as instalações da Justiça Eleitoral em Rondônia não dispõem de encanamento para contratação de gás encanado.

A última contratação direta para aquisição de gás de cozinha gerou a carta-contrato 30/2018, firmada com a empresa A C F MOREIRA, com vigência de 12 meses, de **21/12/2018 a 20/12/2019**, conforme Processo SEI n.[0002957-82.2018.6.22.8000](#). Assim, diante da iminência da data final da vigência da aludida carta-contrato, inicia-se com este Projeto Básico o procedimento para nova contratação, sugerindo como início do novo contrato a data de **21/12/2019**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.2 - DA QUANTIDADE** – A quantidade estimada para contratação é de **65 cargas de gás para botijões de 13 kg**. Tal quantidade é **estimada** e assim deverá ser contratada, de forma a não obrigar a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência do ajuste a ser celebrado. A quantidade estimada é baseada no histórico das contratações anteriores e visa atender ao período eleitoral do ano de 2020, quando se intensificam as atividades da Justiça eleitoral, havendo um aumento na demanda por bens de consumo em geral, incluindo o gás de cozinha.

### **3.3. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

3.3.1 - A aquisição pretendida vai ao encontro de **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- VALORES: Transparência, Celeridade, Eficácia, Responsabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida do Servidor.
- PROCESSOS INTERNOS: Celeridade e produtividade na prestação e Jurisdicional.
- PESSOAS E RECURSOS: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Fortalecimento da Governança.

### **4 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.1 - O objeto a ser contratado é fornecido por revendas, não havendo, assim, critérios de sustentabilidade a serem exigidos. Ademais, a destinação ambientalmente correta dos vasilhames retornáveis não é exigível das revendas, mas da indústria, cujo mercado é controlado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

### **5 – DO MÉTODO DE ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO**

5.1 - A Contratada fará a entrega dos botijões de gás cheios no endereço da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - TRE-RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, a partir do recebimento de requisição emitida pela Seção de Administração Predial - SEAP, na qual deve constar a data de expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e horário do recebimento do material por parte da Contratada, assinatura do Chefe de Seção de Administração Predial e assinatura do representante da Contratada.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2 - A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da requisição emitida pela SEAP.

5.3 - No momento do recebimento dos botijões com cargas de gás, a Contratante deverá entregar à Contratada a mesma quantidade de botijões (vasilhames) vazios.

## **6 – CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1 - Os botijões com carga de gás deverão ser entregues, em bom estado de conservação, limpos, sem amassadura ou sinais de alças e rodapés tortos, ausência de ferrugem, corrosões e com o lacre inviolado.

6.2 - As botijas de gás terão seu recebimento efetivado no ato da entrega, em conformidade com a Requisição emitida pela SEAP.

6.3 - No caso de não aceitação do objeto, este Tribunal emitirá uma nova Requisição do objeto deste Projeto Básico, verificando as condições específicas do Item 10.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

## **7 - DO VALOR E DO PRAZO**

7.1 - O valor da aquisição é de R\$ 5.135,00 (cinco mil e cento e trinta e cinco reais). Tal valor corresponde ao menor valor das propostas obtidas por meio da Cotações de Preços n. 001/2019-SEAP, realizada no mercado local, conforme Informação 6434 ([0459083](#)), demonstrado no quadro abaixo:

<b>EMPRESA</b>	<b>COTAÇÃO DE PREÇOS (evento)</b>	<b>REGULARID ADE FISCAL (evento)</b>	<b>PREÇO UNITÁ RIO</b>	<b>PREÇ O TOT AL</b>
A. C. F. MOREIRA ME - 14.410.553/0001-27	<a href="#">0458376</a>	<a href="#">0458385</a>	79,00	5.135, 00
ROAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - 05.555.440/0001-29	<a href="#">0458381</a>	<a href="#">0458387</a>	82,50	5.362, 50
DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS 405 LTDA -	<a href="#">0459023</a>	<a href="#">0459024</a>	83,00	5.395,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

31.619.996/0001-41				00
--------------------	--	--	--	----

7.2 - Com se verifica, a empresa A. C. F. MOREITA sagrou-se vencedora, apresentando a melhor proposta.

**7.3 - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93)**

Assim sendo, pelo valor total da aquisição e considerando o disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93, entende-se, s.m.j, que a aquisição pretendida pode ser feita de forma direta, por dispensa de licitação, já que o valor está aquém do teto legal. Além disso, há 3 cotações válidas, quantidade mínima exigida para validade do procedimento, com documentos comprobatórios da regularidade fiscal das empresas.

**7.4 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA**

Nome da empresa: A. C. F. MOREIRA ME

CNPJ: 14.410.553/0001-27

Contatos:

Telefone: 69 3229-8120

E-mail: acfmoreiraltda@gmail.com

Representante: Ana Carolina F. Moreira

Dados bancários: Banco Itaú, Ag. 1592, C/C 38554-4

**8 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

8.1 - O fornecimento de material de consumo especificado no presente Projeto Básico está previsto no planejamento orçamentário desta Unidade para o





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

corrente exercício, devendo a aquisição pleiteada ser custeada inicialmente pelo Orçamento Ordinário do exercício de 2019, conforme quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO):	Ordinário
AGREGADOR :	Manutenção Geral
DESPESA AGREGADA:	Operação dos Serviços Administrativos
PLANO INTERNO:	AOSA CONSUM
VALOR 2019:	R\$ 316,00
VALOR 2020	R\$ 4.819,00

## **9 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO**

9.1 - As empresas que participarem da cotação de preços devem apresentar sua proposta comercial preenchidas adequadamente e nos moldes do modelo da **Cotações de Preços n. 001/2019-SEAP** (evento [0459130](#)) enviada a todas, bem como deverão possuir documentação APTA no que se refere à regularidade fiscal, quais sejam:

- Certidão Negativa da Receita Federal
- Certidão Negativa do FGTS
- Certidão Negativa da Justiça do Trabalho
- Certidão Negativa do Conselho Nacional de Justiça

Na apresentação da proposta deverão estar previstos todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução do objeto a ser contratado.

## **10 – DA CARTA-CONTRATO, DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES, DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DO PAGAMENTO**

### **10.1. DA CARTA-CONTRATO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1.1 – A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura de carta-contrato, conforme dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93.

10.1.2 - Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o instrumento de carta-contrato, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização no sistema para tal.

10.1.3 - À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

10.1.4 - Como condição para a elaboração da Carta-Contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça.

10.1.5 - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

10.1.6 - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.1.7 - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

10.1.8 - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - **situação em que os demais cotantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93)** - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **10.2. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.2.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Emitir as requisições de carga de gás, na qual deve constar a data da expedição, a quantidade a ser fornecida, a data e o horário de recebimento por parte da Contratada;
- b) Desconsiderar e, conseqüentemente, não pagar as requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com informações incompletas;
- c) Promover, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.
- d) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;
- e) Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto contratado e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho, observando as normas de segurança existentes.
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado.
- g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento.

### **10.2.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- a) Realizar o fornecimento do material objeto deste instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Fazer a entrega do objeto deste instrumento nas quantidades solicitadas e no endereço constante desse instrumento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da requisição.
- c) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- d) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução do objeto.
- e) Manter, durante toda a vigência contratual, conta-corrente bancária vinculada ao CNPJ da CONTRATADA, como condição para o pagamento dos fornecimentos efetuados na vigência contratual.
- f) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF e a Justiça do Trabalho.
- g) Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, certidões comprovando situação de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNJ.
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

### **10.3 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.3.1 - SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura da carta- contrato, sujeita a contratada à multa moratória incidente sobre o valor da carta contrato, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I - atrasos na entrega do objeto:**

1. primeiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 0,5%.
2. segundo atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 1,0%.
3. terceiro atraso injustificado no fornecimento de até 06 (seis) horas, multa de 2,0%.
4. quarto atraso de até 06 (seis) horas ou primeiro atraso superior a 6 (seis) horas, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidades peritinentes à inexecução.

**II - O descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação:**

1. primeiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1%.
2. segundo atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 2%.
3. Terceiro atraso injustificado de 1 (um) dia no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 3%.
4. Quarto atraso de 1 (um) dia ou primeiro atraso superior a 1 (um) dia, caracterizará inexecução contratual e sujeitará a Contratada às penalidade pertinentes à inexecução.

**10.3.2 - SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I** - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total da carta-contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**III** - suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**10.3.3** - A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução do contrato, quando:

- a) A infração tenha sido provocada por lapso do contratado e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao contratante;
- b) A contratada tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;
- c) A contratada tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**10.3.4** A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

- a) A prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde das pessoas submetidas aos serviços;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) O contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;

c) O contratado seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 60 dias após regular notificação.

**10.3.5** - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.3.6** - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**10.3.7** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas na Carta-Contrato contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**10.3.8**- O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**10.3.9** - A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**10.3.10** - Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.3.11** - As multas não eximem a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**10.3.12** - O procedimento para aplicação de sanções à contratada observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **10.4. DO PAGAMENTO**

10.4.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal de fornecimento de material, até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal na sede do Tribunal Regional Eleitoral, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das respectivas requisições.

10.4.2 - Serão desconsiderados e, conseqüentemente, não pagos, valores relativos às requisições que contiverem rasuras de qualquer tipo ou que estejam com as informações incompletas.

10.4.3 - No procedimento de conferência da Nota Fiscal para envio para pagamento será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada. Caso haja alguma pendência, o gestor do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado. Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

10.4.5 - Nenhum pagamento será feito à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos.

10.4.6 - No caso de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que a taxa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de compensação financeira devida será calculada mediante a aplicação da fórmula a seguir, sendo que a aludida compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### **11.0 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e fiscalização do Contrato serão exercidas pelo Chefe da Seção de Administração Predial - SEAP e pelo seu substituto, em suas ausências legais, com auxílio de servidores lotados na Seção.

### **12.0 – DOS ANEXOS**

São anexos ao presente instrumento:

I – Cotações de Preços realizadas no mercado local  
([0458376](#), [0458378](#), [0458381](#), [0458383](#), [0459023](#) e [0459081](#)).

II - Regularidade Fiscal, Trabalhista e do CNJ das empresas  
(eventos [0458385](#), [0458386](#), [0458387](#), [0458388](#), [0459024](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO, Chefe de Seção**, em 24/09/2019, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0459131** e o código CRC **ADE95618**.

0002245-58.2019.6.22.8000

0459131v5

Criado por 004864972321, versão 5 por 004864972321 em 24/09/2019 14:58:57.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002245-58.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Análise inicial – definição da modalidade de licitação – Dispensa de Licitação – Aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP.

**PARECER JURÍDICO Nº 0462926 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - SEAP, com o objetivo de contratar pessoa jurídica para fornecimento de **65 (sessenta e cinco) unidades de carga de gás liquefeito de petróleo – GLP - engarrafado em botijão de 13 kg, retornável, de uso doméstico**, pelo período de 12 (doze) meses, a serem entregues no endereço da Sede do TRE/RO, situada na Av. Presidente Dutra, 1889 – Bairro Areal, CEP 76.805-901- Porto Velho/RO, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio ([0454289](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** A unidade demandante juntou a Minuta do Projeto Básico ([0454291](#)), a Cotação de Preços n. 001/2019 – SEAP e as certidões de regularidade fiscal e trabalhista das empresas:

a) ACF MOREIRA ME – CNPJ: 14.410.553/0001-27 ([0458376](#) e [0458385](#));

b) PRIME COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME – CNPJ: 18.115.339/0001-07 ([0458378](#) e [0458386](#));

c) ROAD COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ: 05.555.440/0001-29 ([0458381](#) e [0458387](#));

d) SANGELA HANNA RODRIGUES AYDEN – CNPJ: 29.446.389/0001-85 ([0458383](#) e [0458388](#))

e) DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS 405 LTDA – CNPJ: 31.619.996/0001-41 ([0459023](#) e [0459024](#)).

**03.** O Projeto Básico elaborado pela SEAP ([0459131](#)) contém a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, condições de participação e habilitação, contrato, pagamento e gestão e fiscalização.

**04.** Após o Despacho n. 4728/2019-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC, juntou-se a programação orçamentária no valor de R\$ 316,00 (trezentos e dezesseis reais), com a informação do Pré-empenho nº 2019PE0000342 e de que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro* ([0459890](#)). O valor de R\$ 4.819,00 (quatro mil oitocentos e dezenove reais), referente ao exercício de 2020 será programado no próximo exercício, uma vez que a LOA ainda não foi aprovada.

**05.** Na Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico n. 112/2019 ([0460061](#)), a Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico e Termo de Referência, mediante sua Coordenadora, considerou regular o instrumento técnico acima citado, nos termos das normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX e art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008. Ainda, manifestou-se pela adjudicação do objeto a empresa A. C. F MOREIRA ME, uma vez que esta empresa possui regularidade fiscal e trabalhista.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**06.** Em seguida, foi certificado o registro dos dados referentes ao PB citado na Planilha de Controle de Aquisições e Contratações de 2019 ([0460825](#)) conforme Certidão-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC constante no evento [0460807](#).

**07. Por fim, juntou-se a minuta SECONT ([0462780](#)).** Assim instruído, o feito veio a esta AJDG para análise e emissão do parecer jurídico ([0462805](#)). **É o relatório.**

### **II - ANÁLISE JURÍDICA**

**08.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

**09.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**10.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00**, pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

**11.** Considerando a aquisição justificada pela unidade solicitante no item 3 do PB ([0459131](#)) a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, uma vez que o valor estimado de **R\$ 5.135,00** (cinco mil cento e trinta e cinco reais) está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993**, já que houve regular cotação de preços entre as empresas especializadas nesse ramo de atividade, o que restou comprovado nos autos ([0459083](#)). Pelo Livro de Processos juntados aos autos verifica-se que não houve nenhuma contratação, no presente exercício, do mesmo objeto.

**12.** Releva destacar que foram obtidas no mercado local três cotações válidas - ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público - o que vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas***

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (grifo nosso)

### ***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (Grifo nosso)

**13. A cotação de preço levada a cabo no mercado local é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, quais sejam: a)**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço**, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993.

**14.** Quanto ao aspecto formal do Projeto Básico SEALM ([0459083](#)), constata-se que este documento possui elementos mínimos previstos no artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual poderá ser apresentado à autoridade competente para análise e eventual aprovação.

### **III - CONCLUSÃO**

**15.** Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade de contratação direta da empresa **A. C. F. MOREIRA ME – CNPJ 14.410.553/0001-27**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993.

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

**16.** Com relação a minuta do Contrato ([0462780](#)), em análise formal dos seus termos percebe-se que o referido instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara**, estando apto, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Aconselha esta AJDG que antes da contratação atualize as Certidões Negativas da empresa vencedora.

**17.** Considerando que a última contratação direta para aquisição de gás de cozinha tem a vigência até 20/12/2019 conforme Processo SEI n. [0002957-82.2018.6.22.8000](#), ressalta-se para que seja observado as datas de vigência do atual contrato antes da assinatura das partes no Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

**18.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

**À consideração da autoridade superior.**

---





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 04/10/2019, às 12:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 04/10/2019, às 12:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0462926** e o código CRC **B348BF70**.

0002245-58.2019.6.22.8000

0462926v13

Criado por 016624702305, versão 13 por 004577222313 em 04/10/2019 12:51:17.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002245-58.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contratação direta de pessoa jurídica para fornecimento de carga de gás liquefeito de petróleo – GLP.

**DESPACHO Nº 5093 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL – SEAP, com o objetivo de contratar pessoa jurídica para fornecimento de carga de gás liquefeito de petróleo – GLP, engarrafado em botijão de 13 kg, para uso doméstico, pelo período de 12 (doze) meses, a serem entregues na sede deste Regional, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio para atender as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0454289](http://www.tre-ro.jus.br)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Juntou-se aos autos a cotação de preços e as certidões negativas das empresas regulares:

a) ACF MOREIRA –ME ([0458376](#)) e Certidões Negativas ([0458385](#));

b) ROAD COMERCIO E SERV. LTDA ([0458381](#)) e Certidões Negativas ([0458387](#)); e

c) DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS 405 LTADA ([0459023](#)) e Certidões Negativas ([0459024](#)).

A unidade demandante elaborou Projeto Básico ([0459131](#)), contendo a especificação do objeto, justificativa, critérios de sustentabilidade, método de estratégia de suprimento, critérios de aceitação do objeto, valor, aderência ao planejamento orçamentário, condições de participação e habilitação, da carta-contrato, obrigações das partes, das sanções administrativas e do pagamento, gestão e fiscalização, anexos. O valor da contratação foi estimado em R\$ 5.135,00 (cinco mil e centro e trinta e cinco reais), correspondente ao menor valor das propostas obtidas por meio da Cotações de Preços nº 001/2019 - SEAP, realizada no mercado local.

A COMAP concluiu que o Projeto Básico encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO e se manifestou pela adjudicação do objeto do presente à empresa A.C.F. MOREIRA - ME, CNPJ n. 14.410.553/0001-27 ([0460061](#)) .

A SPOF juntou aos autos a programação orçamentária referente ao exercício 2019 no valor de R\$ 316,00 (trezentos e dezesseis reais). O valor de R\$ 4.819,00 (quatro mil oitocentos e dezenove reais), referente ao exercício de 2020 será programado no próximo exercício, uma vez que a LOA ainda não foi aprovada ([0464567](#)).

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta da Carta-Contrato para o fornecimento estimado de 65 (sessenta e cinco) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo GLP, engarrafado em botijão de 13 kg, para uso doméstico, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio, no valor unitário de R\$ 79,00 (setenta e nove reais), conforme Proposta da Contratada ([0462780](#)).

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral, através do Parecer AJDG [0462926](#), opinou, em síntese, pela contratação de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor estimado de R\$ 5.135,00 (cinco mil e centro e trinta e cinco reais) está



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dentro do limite legal, podendo ser autorizada com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93; pela aprovação do Projeto Básico; aprovou a minuta do Carta-Contrato ([0462780](#)), em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93. Registrando, ainda, que se observada a data de vigência da Carta-Contrato n. 30/2018.

A SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG, pugando pela atualização das certidões negativas da empresa vencedora ([0463039](#)).

Inicialmente, verifica-se que o valor estimado de R\$ 5.135,00 (cinco mil e cento e trinta e cinco reais) está dentro do limite legal permitido, podendo ser autorizada a despesa com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que fixa para a Administração Pública valores atualizados para as modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93, já que houve regular cotação de preços entre empresas prestadoras do serviço que se deseja contratar.

Conforme consta do Projeto Básico, a aquisição de gás de cozinha é necessária para o preparo de café, chás e outros alimentos no âmbito do TRE/RO. A definição da aquisição de cargas de gás para botijões de 13 kg decorre do fato de que as instalações da Justiça Eleitoral em Rondônia não dispõem de encanamento para contratação de gás encanado. Ressalte-se que o café e os chás não são de consumo exclusivo dos servidores, mas também de advogados e outros cidadãos usuários da Justiça Eleitoral.

Quanto aos critérios de sustentabilidade, a unidade demandante relatou que o objeto a ser contratado é fornecido por revendas, não havendo, assim, critérios de sustentabilidade a serem exigidos. Ademais, a destinação ambientalmente correta dos vasilhames retornáveis não é exigível das revendas, mas da indústria, cujo mercado é controlado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Na análise do presente feito, verificou-se que foram obtidas no mercado local três cotações válidas propostas por empresas especializadas nesse ramo de atividade ([0458376](#), [0458381](#) e [0459023](#)), quantidade mínima exigida para validade do procedimento, com documentos comprobatórios da regularidade fiscal das empresas ([0458385](#), [0458387](#) e [0459024](#)).

Assim, pelos elementos que constam dos autos, a despesa pretendida enquadra-se no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993, realizando-se a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, diretamente, com a empresa **A.C.F. MOREIRA - ME**, CNPJ n. **14.410.553/0001-27**, a qual ofertou o menor preço para o serviço em comento, no valor de R\$ 5.135,00 (cinco mil e cento e trinta e cinco reais), conforme cotações existentes nos autos.

Por fim, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, a Minuta de Carta-Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica, por estar em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral:

**1 - Aprova o Projeto Básico SEAP** (evento nº. [0459131](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93;

**2 - Autoriza a despesa**, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93; e

**3 - Adjudica o objeto à empresa A.C.F. MOREIRA – ME**, inscrita pelo CNPJ sob o nº. 14.410.553/0001-27, com fulcro no inc. II do art. 24 da Lei 8.666/93, com emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 316,00 (trezentos e dezesseis reais), para suportar a despesa no presente exercício de 2019.

Devolvam-se os autos ao Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 11/10/2019, às 12:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0465505** e o código CRC **6AF0492E**.



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 004577222313, versão 4 por 004577222313 em 11/10/2019 12:49:31.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 14Out19 NUMERO: 2019NE000769 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 14410553/0001-27 - A.C.F. MOREIRA  
ENDERECO : GONCALVES DIAS 948 OLARIA  
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76801-234

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMISSION DE NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM AQUISIÇÃO DE GAS, CONFORME PROJETO BASICO SEAP(0459131), PARECER DA AJDG(0462926), DESPACHOS NRS 5063 DA DG(0465505) E 5094 SAOPC(0465519) DO PROCESSO SEI NR 0002245-58.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339030 000000 AOSA CONSUM

TIPO : ESTIMATIVO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO

AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00022455820196228000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3

ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL

REFERENCIA: ART24/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 316,00

TREZENTOS E DEZESSEIS REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339030 SUBITEM: 04 -GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRA

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 316,00  
VALOR DO SEQ.: 316,00

CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE CARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, EN GARRAFADO EM BOTTIÃO DE 13 KG, PARA USO DOMÉSTICO, A SEREM ENTREGUES NA SEDE DESTE REGIONAL, MEDIANTE REQUISIÇÃO E TROCA DE RECIPIENTE CHEIO POR RECIPIENTE VAZIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE TRE/RO, PARA SUPORTAR A DESPESA NO PRESENTE EXERCICIO DE 2019.

T O T A L : 316,00

LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES  
ORDENADOR

irleda.maria@tre-rojus.br

IRLEDA M SOARES DA SILVA  
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Carta-Contrato n. 16/2019, assinada em 15/10/2019. Contratada: A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ 14.410.553/0001-27. Objeto: Fornecimento estimado de 65 (sessenta e cinco) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo GLP, engarrafado em botijão de 13 kg, para uso doméstico, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio, para atender às necessidades do TRE-RO. Fundamento: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 001/2019/SEAP. Vigência: 12 (doze) meses, a contar do dia 21/12/2019, não podendo ser prorrogada. Valor: R\$ 5.135,00. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Natureza da Despesa 33.90.30.04. Nota de Empenho 2019NE000769, de 10/10/2019. Justificativa: Necessidade da aquisição de gás de cozinha para o preparo de café, chás e outros alimentos no âmbito do TRE-RO. Declaração de Dispensa em 01/10/19, Parecer Jurídico 0462926/AJDG, por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, CPF n. 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 11/10/2019, Despacho 5093/PRES/DG/GABDG, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Processo 0002245-58.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 16/10/2019, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0467140** e o código CRC **EE650FD9**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002245-58.2019.6.22.8000

0467140v2

---

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 16/10/2019 11:10:11.



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## **EXTRATO DE CARTA-CONTRATO**

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 16/2019/TRE-RO, assinada em 15/10/2019. Contratada: A. C. F. MOREIRA - ME, CNPJ 14.410.553/0001-27. Objeto: Fornecimento estimado de 65 (sessenta e cinco) unidades de carga de Gás Liquefeito de Petróleo GLP, engarrafado em botijão de 13 kg, para uso doméstico, mediante requisição e troca de recipiente cheio por recipiente vazio, para atender às necessidades do TRE-RO. Vigência: 12 (doze) meses, contar do dia 21/12/2019, não podendo ser prorrogada. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e Cotação de Preços n. 001/2019/SEAP. Valor: R\$ 5.135,00. Nota de Empenho nº 2019NE000769, de 10/10/2019, Programa de Trabalho 02122057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.30-04. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pela Contratada, a Senhora ANA CAROLINA FERREIRA MOREIRA. Ato de autorização da despesa: DESPACHO Nº 5093/2019 - PRES/DG/GABDG, de 11/11/2019. Processo SEI nº. 0002245-58.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 16/10/2019, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0467254** e o código CRC **09335B97**.

---

0002245-58.2019.6.22.8000

0467254v3

---





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 16/10/2019 11:45:28.